

PLANO DE ENSINO

Curso: DIREITO

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Período: 9º

Carga Horária: 72h

Professor/a: EMERSON FRANCISCO DE ASSIS

Ano: 2023.1

EMENTA

História, Origens e Evolução do Direito Internacional. Teorias de Fundamentação do Direito Internacional Público e Ordem Jurídica Interna: Monismo e Dualismo. Fontes do Direito Internacional: Costumes, Princípios Gerais de Direito, "Jus Cogens". Tratados Internacionais: Classificação e Espécies; Assinatura, Aprovação Interna e Ratificação; Controle de Convencionalidade. O Estado nas Relações Internacionais, Reconhecimento, Sucessão, Princípio da Não-Intervenção: Doutrina Tobar e Estrada; Extinção do Estado. Conflitos Internacionais: Soluções Pacíficas, Arbitragem, Mediação, Bons Ofícios, Tribunais Internacionais. Sujeitos de Direito Internacional: Estados, Organizações Internacionais e a Pessoa Natural. Responsabilidade Internacional. O Território; Espaço Aéreo; Direito do Mar e Domínio Público Internacional. Formas de Admissão e Exclusão de Estrangeiros: Extradicação, Deportação, Expulsão, Repatriação, Asilo e Refúgio; Vistos, Condição Jurídica do Estrangeiro no Brasil. Lei de Migração (Lei Federal nº 13.445/2017). Agentes Diplomáticos: Diplomatas e Cônsules, suas garantias e imunidades. Direito de Guerra: Convenções de Haia e Genebra; Tribunal Penal Internacional (TPI).

COMPETÊNCIAS

Possibilitar que os estudantes do curso de Direito tenham uma visão geral sobre o Direito Internacional Público, de modo a servir de base para outras disciplinas da área e também para as discussões gerais e específicas sobre política externa, relações internacionais e Direitos Humanos, bem como construir um fundamento sobre a dinâmica dos tratados e da ordem jurídica internacional em geral e sua relação com o ordenamento jurídico brasileiro que os auxilie futuramente em sua vida acadêmica e profissional em diversas áreas como a diplomacia, advocacia internacional através de assessoria jurídica à pessoas particulares ou entidades como organizações internacionais, empresas e organizações não-governamentais (ONG's).

HABILIDADES

- Examinar o histórico, conceitos básicos e teorias de fundamentação da disciplina de Direito Internacional Público.
- Enunciar os institutos fundamentais do Direito Internacional Público a exemplo dos tratados internacionais, sujeitos de direito internacional e regulação dos agentes diplomáticos.
- Explicar e destacar a importância das formas de solução pacífica dos conflitos internacionais como arbitragem, mediação e tribunais internacionais, etc.
- Discutir as mudanças trazidas no ordenamento jurídico brasileiro a partir da Lei de Migração no tocante à admissão e exclusão de estrangeiros do território nacional.
- Relacionar os conhecimentos de Direito Internacional Público a outros saberes e disciplinas estudadas no curso de Direito, como Direito Constitucional, Direito Civil, Ciência Política, Direito Administrativo e especialmente focando em Direitos Humanos, em vista do controle de convencionalidade através dos tratados internacionais sobre o tema ratificados pelo Brasil e do respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, norma *jus cogens* internacional.
- Investigar e comparar as relações entre o ordenamento jurídico internacional e o brasileiro, suas diferenças, semelhanças e implicações mútuas.
- Valorizar as atividades em grupos através de seminários e debates, bem como uma postura crítica e reflexiva no processo de ensino e aprendizagem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I Unidade

- Ponto 01 – História, Origens e Evolução do Direito Internacional
- Ponto 02 – Teorias de Fundamentação do Direito Internacional Público e Ordem Jurídica Interna
- Ponto 03 – Fontes do Direito Internacional Público
- Ponto 04 – Tratados Internacionais
- Ponto 05 – O Estado nas Relações Internacionais, Reconhecimento, Sucessão, Princípio da Não-Intervenção
- Ponto 06 – Conflitos Internacionais: Soluções Pacíficas, Arbitragem

II Unidade

- Ponto 07 – Sujeitos de Direito Internacional
- Ponto 08 – Responsabilidade Internacional
- Ponto 09 – O Território; Espaço Aéreo, Direito do Mar e Domínio Público Internacional
- Ponto 10 – Formas de Admissão e Exclusão de Estrangeiros
- Ponto 11 – Agentes Diplomáticos
- Ponto 12 – Direito de Guerra

METODOLOGIA/ESTRATÉGIAS

O ensino desta disciplina está focado predominantemente em aula expositiva presencial, mas com adoção de metodologias ativas como seminários, bem como incentivo a pesquisas paralelas, dentro do conteúdo programático proposto, por meio de trabalhos extraclasse, baseados em análise de artigos científicos, estudo dirigidos de obras da bibliografia completar ou uso de recursos audiovisuais como vídeos do Youtube e acesso a Biblioteca física da ASCES-UNITA e ao portal Minha Biblioteca. Também serão utilizados mecanismos semipresenciais através da utilização da plataforma Moodle na internet para realização de exercícios complementares ou de fixação, visando complementação de carga horária, nota e compensação de frequência. Em virtude da pandemia do Corona Vírus (COVID-19) ou circunstância similares, as aulas presenciais podem ser eventualmente substituídas por aulas remotas através da internet, seguindo determinações estritas das autoridades sanitárias e dos órgãos reguladores educacionais dos governos municipal, estadual e federal.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A disciplina prioriza os processos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa, bem como a utilização de metodologias ativas, seja na modalidade presencial ou remota. O sistema de avaliação da disciplina está dividido em três etapas; o primeiro por meio de realização de avaliação diagnóstica, no começo do semestre, através de questionário visando identificar o nível de aprendizagem e expectativas das turmas em relação à disciplina, esta avaliação não vale pontuação, servindo apenas para direcionar a condução da disciplina. A segunda fase é a avaliação formativa através de exercícios individuais, quer seja por meio de exercícios de fixação objetivos ou estudos dirigidos na plataforma Moodle na internet, utilizando obras da bibliografia básica na Biblioteca da ASCES-UNITA e no portal Minha Biblioteca ou artigos científicos correlatos, dentro das temáticas relativas aos pontos/assuntos propostos para disciplina ou temas transversais. Por fim, na terceira fase, será efetuada avaliação somativa, que consiste na realização de seminários em grupo, na modalidade remota ou presencial, valendo 70% da média total de cada unidade, com temática e questões propostas pelo professor, dentro do conteúdo da disciplina. As segunda e terceira fase serão distribuídas em duas unidades no decorrer do semestre.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. Manual de Direito Internacional Público. 25. Ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 14. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. 18. Ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

Bibliografia Complementar

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Curso de Direito Internacional Público. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GUERRA, Sidney. Curso de Direito Internacional Público. 15. Ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, v. I e II.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Justiça Internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

VARELLA, Marcelo Dias. Direito Internacional Público. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019.